

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

LUZIA NAYARA PEREIRA DE SOUSA

INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NO ENSINO SUPERIOR:
UM CAMINHO AINDA ESCURO

CAJAZEIRAS-PB
2014

LUZIA NAYARA PEREIRA DE SOUSA

INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NO ENSINO SUPERIOR:
UM CAMINHO AINDA ESCURO

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção de título de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Ma. Nozângela Maria Rolim Dantas

CAJAZEIRAS-PB
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S725i Sousa, Luzia Nayara Pereira de

Inclusão de deficientes visuais no ensino superior: um caminho ainda escuro. / Luzia Nayara Pereira de Sousa. Cajazeiras, 2014.

48f.

Bibliografia.

Orientador(a): Nozângela Maria Rolim Dantas.

Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

LUZIA NAYARA PEREIRA DE SOUSA

**INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES VISUAIS NO ENSINO SUPERIOR: UM
CAMINHO AINDA ESCURO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Data de aprovação: ___ de _____ de 20____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Nozângela Maria Rolim
UFCG (orientadora)

Prof^a. Ma. Edinaura Almeida de Araújo
UFCG (examinador)

Prof^a. Dr.^a Zildene Francisca Pereira
UFCG (examinador)

Prof^a. Dr.^a Luisa de Marillac Ramos Soares
UFCG (suplente)

Dedico este trabalho a meu esposo Marcos, meus pais Ivani e Raimundo, meus irmãos Cintia, Raniêr, Raniely, Aparecida e Nara pelo apoio prestado durante o meu percurso acadêmico. E a minha avó materna Joana (in memoriam) e meu tio Val (in memoriam), que nos deixaram há pouco tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e infinitamente a Deus por eu ter chegado a esse momento tão especial para minha vida profissional e pessoal.

À minha família pelo seu apoio e incentivo.

Aos meus amigos que fizeram parte deste momento de forma direta ou indiretamente.

Aos meus colegas de turma que colaboraram no processo de aprendizagem e partilha em todos os momentos.

Ao amigo Damiano que foi a fonte de inspiração para o processo de desenvolvimento deste trabalho.

À Prof.^a Nozângela Maria Rolim que ofereceu o suporte necessário para a conclusão desse projeto.

A todos os meus professores e professoras que contribuíram para a minha formação profissional, em especial as professoras Zildene, Elzanir, Risomar e Edinaura.

*A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade (**Maria Teresa Eglér Mantoan**).*

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 2 | INCLUSÃO: UMA BREVE HISTÓRIA DE DIREITOS..... | 12 |
| 2.1 | Inclusão no Brasil: uma breve exposição..... | 17 |
| 2.2 | Inclusão na educação superior..... | 21 |
| 2.3 | Deficiência visual | 24 |
| 3 | METODOLOGIA..... | 26 |
| 3.1 | Tipo de Estudo..... | 27 |
| 3.2 | Local da Pesquisa..... | 28 |
| 3.3 | Instrumentos..... | 28 |
| 3.4 | Coleta de Dados..... | 28 |
| 4 | ANÁLISE DE DADOS..... | 29 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 40 |
| | REFERÊNCIAS | 42 |
| | APÊNDICES | 46 |
| | Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido | 47 |
| | Apêndice B – Roteiro de entrevista | 48 |

RESUMO

A inclusão tem, muitas vezes, o seu olhar voltado para a escola de ensino fundamental e médio. Aos poucos observamos que essa discussão está chegando ao ensino superior ou às universidades. Esse fato acontece porque às pessoas com deficiência estão conseguindo romper algumas barreiras de acesso na primeira e segunda etapa de escolarização. No entanto, no desenvolvimento desse trabalho observamos que à entrada e permanência no ensino superior ainda é mais um dos desafios impostos à pessoa com deficiência. Mesmo tendo toda uma legislação que ampare e garanta o direito à educação, o deficiente, mais especificamente o visual, enfrenta as barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais. Partindo dessas questões, o presente trabalho buscou desenvolver um estudo com um deficiente visual, estudante de uma universidade, a fim de verificar como está sendo a inclusão e o seu processo de aprendizagem no ensino superior no alto sertão paraibano. Usou-se para tanto uma entrevista semiestruturada, contendo questões sobre acessibilidade, recursos materiais e humanos, entre outros. Como resultados da pesquisa, observou-se, entre outras coisas, a falta de acessibilidade física e material; falta de recursos humanos e formação para os professores para acompanhar o aluno em suas necessidades específicas decorrentes da deficiência visual.

Palavras-chaves: Inclusão; Ensino Superior; Deficiência visual.

ABSTRACT

The inclusion has often returned to his elementary school and middle school look. Gradually we see that this discussion is coming to higher education or universities. This fact happens because people with disabilities are managing to break some barriers to access in the first and second stage of schooling. However, the development of this work we observed that the entry and stay in higher education is still one of the more challenges to people with disabilities. Even having a law that encompasses all and ensure the right to education, the poor, specifically the visual faces attitudinal, architectural and communication barriers. From these questions, the present study aimed to develop a study with a visually impaired student at a university in order to verify as being the inclusion and the process of learning in higher education in high Paraiba backwoods. It used for both a semi-structured interview, containing questions about accessibility, material and human resources, among others. As the survey results, it was observed, among other things, lack of physical accessibility and materials; lack of human resources and training for teachers to accompany students on their specific needs arising from visual impairment.

Keywords: Inclusion; Higher Education; Visual impairment.

INTRODUÇÃO

A história da pessoa com deficiência é marcada por muitas lutas em prol de seus direitos, como os de ter sua cidadania reconhecida e o de acesso à educação, assim como todo brasileiro dito “normal”. Foram anos de manifestações sociais, como as que ocorreram em 1981. No âmbito legal destaca-se a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção de Guatemala (2001), Declaração Internacional de Montreal (2001), o Estatuto da Criança e o Adolescente (1990), a Lei 10.098/04 que estabelece a normas e critérios para a promoção da acessibilidade, a Lei 10.466/02 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), entre outras.

Nestas breves conquistas obtidas pelos movimentos que apoiam a pessoa com deficiência, podemos perceber também a ocorrência de matrículas das crianças nas escolas, mais especificamente nas salas de aula comuns de ensino. Para dar suporte às escolas o governo implantou as Salas de Recursos Multifuncionais e procurou investir na formação continuada de professores da rede pública de ensino, além de oferecer cursos de Atendimento Educacional Especializado, visando o ingresso e a permanência de alunos com deficiência na escola básica até a sua chegada às Universidades.

O que se observa é que pessoas com deficiência estão chegando ao ensino superior em busca de uma formação mais aprofundada, como qualquer outro aluno que não tem deficiência. No entanto, os desafios continuam, pois a permanência continua sendo um problema a ser resolvido, devido à falta de infraestrutura e de apoio técnico especializado.

Assim sendo, este trabalho surge diante das inquietações vivenciadas durante o percurso acadêmico, mais especificamente da disciplina inclusão. Na referida disciplina foram realizados diversos debates, reflexões e discussões que culminaram em um evento da disciplina, denominado: “CFP/UFCG e inclusão um ponto a ser discutido”, aproximando-nos, assim, cada vez mais dessa temática.

Nesse percurso acadêmico, um amigo deficiente visual residente da mesma cidade que eu, começou a cursar um curso de graduação na Universidade. Com o contato quase frequente que eu tinha com o amigo deficiente, percebi, dia após dia, as dificuldades enfrentadas por ele para chegar à Universidade, desde ao ingressar no ônibus até a sua chegada. Dificuldade ao procurar à sala; à ausência de material didático compatível com a sua deficiência; à ausência de solidariedade de

determinados colegas e de alguns professores; falta de estrutura física e de sinalização adequada, entre outras dificuldades percebidas.

Passei a percebê-lo melhor e a compreendê-lo a partir de uma doença que ameaçava o comprometimento da minha visão e, conseqüentemente, dos meus estudos, da minha vida pessoal e profissional. Diante do problema do outro em reflexo do meu, despertei o interesse pelo estudo e análise da situação da pessoa com deficiência visual no ensino superior, na perspectiva de tentar compreender melhor a situação do meu colega e de tentar contribuir para a melhoria desse espaço acadêmico por meio de algumas questões das quais serão discutidas no decorrer deste trabalho.

Para a efetivação da minha pesquisa sobre a temática abordada, utilizei o procedimento qualitativo, tratando-se, assim, de um estudo de caso, em que nele se pretendeu investigar a inclusão das pessoas com deficiência visual na educação superior, partindo, inicialmente da problemática se a Universidade está preparada para receber pessoas com deficiência visual, em que o objetivo geral visou analisar como ocorre o processo de inclusão da pessoa com deficiência visual no ensino superior. O presente estudo apresentou como foco de análise a inclusão de um determinado aluno com deficiência visual devidamente matriculado em uma Universidade do sertão paraibano. Além disso, considerou-se importante verificar se existe acessibilidade, recursos humanos e materiais necessários para que alunos com deficiência visual possam se desenvolver adequadamente no ambiente acadêmico; bem como identificar suas dificuldades na referida instituição e verificar os principais aspectos que interferem na aprendizagem de um aluno com deficiência visual.

Entendo que o tema deste trabalho é de grande importância para que se abram novas possibilidades, não só de acesso, mas também de permanência das pessoas com deficiência visual e, ao sanar os problemas inerentes à questão, outros que possam ingressar nas universidades tenham suporte para estudar e progredir como qualquer outro aluno, tornando-se bons profissionais.

2 INCLUSÃO: UMA BREVE HISTÓRIA DE DIREITOS

Na atualidade são muitas as discussões sobre o processo de inclusão no Brasil e no mundo. No entanto, para que houvesse tanta reflexão foi preciso que as pessoas com deficiência e seus familiares empreendessem muitas lutas e protestos contra o preconceito e a falta de direitos, mas a favor de uma vida digna, de respeito e de direitos como todo cidadão, conforme a Declaração de direitos Humanos de 1948, Capítulo I: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.

O que se observa é que durante muito tempo a criança com deficiência não tinha direito a educação ao longo de seu desenvolvimento, sua história e, quando se começou a pensar na educação para essas crianças, elas ficavam em classes especiais, separadas dos alunos ditos “normais”, ou seja, à margem da sociedade.

Ao longo do tempo a história da pessoa com deficiência foi escrita nos traços da exclusão, pelo fato de que essas eram consideradas inaptas ao trabalho, ao convívio social, religioso, cultural e econômico, devido as suas limitações físicas, visuais, intelectuais, cognitivas e auditivas, entre outras.

Na antiguidade clássica, de acordo com Santos e Aureliano, 2011, as pessoas com deficiência eram jogadas nos precipícios, abandonadas à beira dos rios, enquanto que na Idade Média, no período pré-cristã e durante a inquisição, as mesmas eram mortas por serem consideradas, pela Igreja, impuras:

Já na Idade Média, na era Pré-cristã, ou nos Anos de Inquisição Católica, membros da igreja eram incumbidos de matar pessoas que se apresentavam com quaisquer deficiências, alegava-se que essas pessoas eram instrumentos do mal e para que não prejudicassem os “puros” deveriam ser sacrificadas, torturadas, pagando o preço com sua morte (SANTOS e AURELIANO, 2011, p. 297).

A partir do século XX a pessoa com deficiência passa a ter mais notoriedade na sociedade, com a organização dos movimentos sociais e o surgimento de leis internacionais, em destaque: a Declaração dos Direitos Humanos (1948); a Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes (1975) e a Declaração de Salamanca (1994).

Sendo assim, o que se observa nesse processo histórico da pessoa com deficiência é uma longa trajetória de lutas que envolveram os seus familiares e os movimentos sociais que ergueram a bandeira a favor da inclusão. Debates foram organizados em torno da problemática, protestos foram realizados nas ruas com o intuito de retirar as pessoas com deficiência do anonimato. Logo, na medida em que foram conquistando os seus direitos legais de cidadãos, como o acesso a educação, a saúde, ao trabalho, ao lazer e ao convívio social, observou-se um aumento na qualidade de vida das pessoas com deficiência, além do aparecimento desse público nas escolas regulares, no mercado de trabalho e nas Universidades.

A Declaração de Salamanca foi um ato importante para a inclusão, porque proclama que as escolas regulares inclusivas configuram-se como sendo os meios mais eficazes de combater a discriminação, determinando às escolas o dever de acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, e emocionais:

As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1)

Nessa perspectiva Lowenthal e Belisario Filho (2010, p. 44) em concordância com Mantoan (2003), lembram que não é só a lei que precisa ser implantada, mas afirmam que:

[...] Promover a inclusão significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica em quebra de paradigmas em reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidade (LOWENTHAL E BELISARIO FILHO, 2010, p.44).

Complementando a reflexão feita por esses autores, Díez (2010) chama atenção para o fato da educação inclusiva, mesmo estando garantida nas leis internacionais, ainda não ser aplicada da mesma forma em todos os países. De acordo com autor, a inclusão:

[...] passa por desafiar os sistemas de educação a fim de garantir a escolarização de todos os meninos e meninas. Em outros, o objetivo está em combater situações onde a escola para determinados estudantes representa medidas de atenção a diversidade segregadoras e o estabelecimento de vias paralelas. E também há outros países onde aparentemente suas políticas de educação refletem os princípios de uma educação inclusiva, mas que na prática desenvolvem propostas pseudo-inclusivas (Díez, 2010, p.01-02).

Muitos países, apesar de terem uma legislação que contempla a inclusão, e apresentarem políticas aparentemente inclusivas, na verdade apenas alimentam uma falsa inclusão.

Nesse debate sobre o processo de inclusão em cada país Marchiesi (2004) lembra que:

[...] é preciso considerar as iniciativas legais implementadas em cada país. A detecção precoce das necessidades educativas, o atendimento educativo inicial que se proporciona, o modelo de avaliação psicopedagógica, o sistema de provisão dos recursos, a definição do currículo escolar, a formação dos professores ou a participação dos pais no processo educacional de seus filhos são orientações gerais que tem uma enorme influência nas possibilidades de inclusão que se abrem em cada escola (MARCHIESI, 2004, p. 43).

Com a crescente mobilização mundial para a inclusão, em 2007 e 2008 no Brasil foi elaborada e publicada a então Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que almejava, portanto, a construção de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. (BRASIL, 2008, p.01).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tratou-se de um ato de grande relevância para a inclusão no Brasil, uma vez que, norteou as políticas públicas relativas à inclusão, esclareceu como esta deveria acontecer e garantiu os direitos que os deficientes já haviam conquistado anteriormente.

Dentro das discussões sobre inclusão alguns autores diferenciam a integração e a inclusão escolar, como Mantoan (2006). Para essa autora a inclusão visa o processo escolar desde o início do ciclo estudantil sem que este tenha ficado

de fora em nenhuma das etapas levando em consideração suas necessidades e limitações:

O objetivo da integração é inserir um aluno ou grupo de alunos que já foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é não deixar ninguém no exterior do ensino regular desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (MANTOAN, 2006, p. 19).

O movimento de integração teve relevância para o início do movimento inclusivo, pois tinha o objetivo de inserir um aluno que já tinha sido anteriormente excluído da escola e de todo o contexto social (MANTOAN, 2006). No entanto, não bastava apenas matricular o aluno na escola, é preciso que esse participe de todas as atividades lúdicas e pedagógicas que a escola venha a oferecer, dentro de um processo de aprendizagem e de cidadania.

A ideia da integração esteve estreitamente associada à utilização do conceito de necessidades educativas especiais. As duas formulações são tributárias dos movimentos sociais de caráter mais global que se consolidaram a partir dos anos de 1960 e que requeriam maior igualdade para todas as minorias que sofriam algum tipo de exclusão. Dessa perspectiva mais política, a necessidade da integração surge dos direitos dos alunos e é a concretização na prática social do princípio de igualdade: todos os alunos devem ter acesso à educação de forma não-segregadora. (MARCHESI, 2004, p. 22).

Vale salientar que a inclusão não se limita apenas às crianças deficientes ou que tenham alguma dificuldade de aprendizagem, mas também aquelas socialmente e economicamente desfavorecidas, seja por sua cor, sua etnia e diversidade sexual, entre outros. Segundo Mantoan (2006, p.19) incluir “[...] é não deixar ninguém no exterior do ensino regular”. As nossas escolas precisam considerar todas as realidades existentes na sala de aula, portanto, o professor deve trabalhar de acordo com as necessidades de cada aluno. Destaca-se, ainda, que a visão da integração à deficiência é encarada como um problema do sujeito, e este, portanto, tem que se moldar aos contextos sociais. No entanto, na inclusão os problemas sociais dos deficientes são produzidos pela sociedade.

A integração estaria associada ao primeiro, no qual toda deficiência é vista como um problema do indivíduo, por isso a pessoa deficiente é que precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada, etc., a fim de ser adequada à sociedade. Já na inclusão prepondera o modelo social da deficiência que concebe os problemas dos deficientes como determinados socialmente, uma vez que é a própria sociedade que cria problemas para as pessoas

com deficiência, causando-lhes desvantagem no desempenho dos papéis sociais (SAMPAIO, 2005 p.27).

Outro fator importante para que a inclusão aconteça é a formação continuada do professor no intuito de prepará-lo para trabalhar nessa nova realidade que descortina a formação do professor, como afirma PRIETO (2006, p. 57):

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (PRIETO, 2006, p. 57):

Parte dessa questão, a importância de se investir na formação continuada do professor, para que assim, se tenha qualidade na educação, e a partir de então, sejam evidenciadas as necessidades de cada aluno. É necessário também que essa formação seja focada na inclusão, para que os alunos com deficiência não só cheguem aos espaços escolares, mas consigam permanecer com êxito. Esse procedimento aumenta a responsabilidade também das Universidades e dos cursos de capacitação de professores, pois os futuros docentes devem apreender a conviver com as diferenças e saber trabalhar com elas. Disso, parte a importância de se ofertar disciplinas que contemplem a inclusão.

[...] É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirem uma competência suficiente para ensinar a todos os alunos. Além disso, a formação tem uma estreita relação com sua atitude diante da diversidade dos alunos. O professor, quando se sente pouco competente para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, tenderá a desenvolver expectativas mais negativas, que se traduzem em uma menor interação e uma menor atenção (MARCHIESI, 2004, p. 44).

O que se observa é a necessidade de que todos os professores tenham competência para trabalhar no âmbito inclusivo, e que estas atividades pedagógicas não fiquem restritas aos professores especialistas, para que, assim, a aprendizagem de todos os alunos seja garantida. Nesse sentido, a formação do professor deveria contemplar as diversas realidades existentes na sala de aula, disso parte a

importância de fazer as adaptações necessárias aos currículos dos cursos de formação de professores no intuito de contemplar disciplinas que tratem da inclusão.

Um dos fatores importantes para que essa inclusão ocorra diz respeito à preparação de professores, tanto na sua formação inicial quanto na formação continuada, seja por interesse próprio ou por incentivo da instituição em que ele trabalha (REIS; EUFRÁSIO e BAZON, 2010, p. 2).

Conseqüentemente durante o processo de ensino e aprendizagem deixa-se claro a relevância da formação do professor da sala de aula comum na educação inclusiva. Essa pode ser ofertada pelos estabelecimentos onde ele desenvolve suas atividades de ensino e aprendizagem, ou pode ser realizada por iniciativa própria por meio de cursos de curta duração, especialização, participação em eventos, etc. Portanto, a formação continuada é essencial para o bom desempenho do professor e de todos da escola tendo em vista a qualidade do ensino e a efetivação da inclusão.

2.1 Inclusão no Brasil: uma breve exposição

Foram necessárias muitas conquistas no âmbito mundial, para que no Brasil houvesse algum progresso relacionado ao processo da inclusão, foi necessário anos de luta, para que alguma atitude fosse realizada, e assim pensar na inclusão como política pública. No Brasil, segundo Mazzota (2005), somente no século XIX surgiu à primeira iniciativa relacionada ao atendimento escolar de deficientes. No ano de 1854 D. Pedro II criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e em 1857 criou o Imperial Instituto dos Surdos Mudos.

Devemos salientar, ainda, de acordo com Mazzota (2005), que esses institutos surgiram através de intervenções de brasileiros que tinham posses ou posições sociais de destaque e que foram estudar em outros países. Logo, esses institutos iniciaram atendendo apenas uma pequena parcela da população que apresentavam deficiência e que pertenciam as classes sociais mais favorecidas.

No século XIX alguns brasileiros inspirados em experiências europeias e americanas organizaram serviços para o atendimento das pessoas com deficiência. Estes serviços são apontados por Mazzota (2005), como iniciativas isoladas de âmbito oficial e particulares dos quais refletiam o interesse de alguns educadores em prol dos cegos, dos surdos, dos deficientes mentais e dos deficientes físicos.

Segundo o mesmo autor, tais providências para a evolução da educação especial no Brasil, em seu processo histórico, têm como destaques dois períodos: o primeiro de 1854 a 1956, que dar destaque as iniciativas oficiais e de âmbito particular. Esta época tem como marco histórico a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos no ano de 1857. Na esfera particular a fundação do Instituto Pestalozzi em 1926, a Associação de Assistência a Criança Defeituosas (AACD) no ano de 1950 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais quatro anos depois.

No panorama mundial, a década de 50 foi marcada por discussões sobre os objetivos e qualidade dos serviços educacionais especiais. Enquanto isso, no Brasil acontecia uma rápida expansão das classes e escolas especiais nas escolas públicas e de escolas especiais comunitárias privadas e sem fins lucrativos. O número de estabelecimentos de ensino especial aumentou entre 1950 e 1959, sendo que a maioria destes eram públicos em escolas regulares (MIRANDA, 2003, p.3)

No segundo período de 1957 a 1993, destacado por Mazzota (2005), as iniciativas oficiais passaram a ser de âmbito nacional, sendo assumidas pelo Governo Federal com a promoção de campanhas em todo o território brasileiro voltadas para a promoção das pessoas com deficiências. Na perspectiva da lei destaca-se a Lei de nº 4.024/61 que possui um Capítulo direcionado à educação de excepcionais e a Lei 5.692/71, a qual propõe a educação especial no ensino regular para essa população. Dentro dessa conjuntura foi criado, no ano de 1973, o Centro Nacional de Educação Especial, “[...] que tinha a finalidade de promover em todo o território nacional a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (MAZZOTA, 2005, p.55).

Vale salientar que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61), começava a se desenhar, na perspectiva legal, a história da inclusão no Brasil, em destaque o seu artigo 88, o qual reafirmava o direito dos deficientes à educação e a possibilidade do “dentro do possível”, o aluno deficiente frequentar o sistema regular de ensino (BRASIL, 1961).

O que se observa é que o atendimento as pessoas deficientes vai se expandindo para todo o território na medida em que essa população vai se organizando, culminando em 1981 com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, promovido pelas Nações Unidas, que tinha como lema *Igualdade e participação plena*; que “traduz o reconhecimento do direito de oportunidades iguais

para qualquer ser humano, reconhecidas suas diferenças individuais” (BRASIL, 1981, p.5).

Esse ano foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1976, pela Resolução 31/123 (BRASIL, 1988). Além do mais a década de 80, foi um período de muita efervescência dos movimentos sociais e políticos do Brasil, como o movimento das “Diretas Já”, que buscava o fim da ditadura e a implantação da democracia, a garantia da liberdade de expressão e a promulgação de uma nova Constituição Federal.

Com a reabertura da democratização do país no final da década de 1980 e na perspectiva da revisão das políticas públicas e educacionais, as pessoas com deficiência buscam seu espaço dentro dessa conjuntura na tentativa de romper com o paradigma das leis de caráter paternalista e assistencialista, com base no modelo médico.

Nesse contexto as poucas políticas existentes tentavam reabilitar os deficientes visuais, por meio da organização do ensino e instalação de classes em Braille.

A legislação brasileira, até a década de 1980, tinha um caráter basicamente assistencialista e paternalista, ratificando a visão e a prática com as quais geralmente vinham sendo tratadas as questões envolvendo as pessoas portadoras de deficiência. Tais políticas centravam-se, no caso dos deficientes visuais, na organização do ensino e instalação de classes em Braille e na adaptação social e reabilitação. Sendo assim, cabia à pessoa adaptar-se ao meio onde vive e não o contrário (BRUMER, PAVEI e MOCELIN; 2004; p.302).

Tratar de Inclusão Escolar ainda é difícil, pois não se tem uma metodologia, ou fórmula para ter êxito no dia-a-dia em sala de aula. Tornam-se importantes, então, investimentos na formação contínua de professores das salas regulares, para que assim eles estejam melhores preparados para receber crianças com deficiência e que possam garantir a permanência dos mesmos na escola.

O desconhecimento sobre a inclusão faz com que a deficiência seja considerada uma doença “contagiosa”, ou um problema grave. Os deficientes são transformados em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sendo deixados de lado e colocados em segundo plano. Diante desta situação, observa-se que os deficientes não têm acesso a educação, e quando existem, muitas são as limitações

do nosso sistema de ensino para acolhê-los. Mendes contempla essa temática afirmando que:

As mazelas da educação especial brasileira, entretanto, não se limitam a falta de acesso. Os poucos alunos que tem tido acesso não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos. Além da predominância de serviços que envolvem, desnecessariamente, a segregação escolar, há evidências que indicam o descaso do poder público, uma tendência de privatização (considerando que a maioria das matrículas está concentrada na rede privada, mais especificamente em instituições filantrópicas) e uma lenta evolução no crescimento da oferta de matrículas, em comparação com a demanda existente (MENDES, p. 397, 2006).

Diante da realidade da inclusão, a Paraíba iniciou tardiamente esse processo, uma vez que em 1854 D. Pedro II fundou no Rio de Janeiro o Instituto dos Meninos Cegos, e, oitenta e nove anos depois, é criada a primeira iniciativa institucional de educação especial na Paraíba. E apesar de ter sido o marco inicial não foi o primeiro a funcionar, uma vez que passou por dezesseis longos anos de espera. De acordo com Holanda (2007, p. 15):

A história da educação especial na Paraíba começa em 16 de agosto de 1943, com a criação do Instituto de Neuropsiquiatria Infantil, através de um decreto do governo estadual, até então não havia nenhum registro documental sobre qualquer iniciativa direcionada as pessoas deficientes no âmbito institucional (HOLANDA, 2008, P. 15).

Em 1944, o Instituto dos Cegos da Paraíba, pioneiro no Nordeste, é criado no Estado e serviu de referência para a instalação de outros institutos na referida região. Como aborda Holanda (2005, p.27):

Somando-se a esse crescimento de escolas para cegos no Brasil, foi inaugurada, no ano de 1944, em João Pessoa, o Instituto dos Cegos da Paraíba (hoje o Instituto dos Cegos da Paraíba Adagilsa Cunha), sendo o primeiro também no Nordeste, servindo de referência para a instalação de outros institutos na região (HOLANDA, 2005, P.27)

Treze anos se passaram para que, enfim, fosse criada mais uma instituição filantrópica para o atendimento e acolhimento de deficientes mental e auditivo, o que mostrou a falta de preocupação do governo e o descompromisso com os deficientes.

2.2 Inclusão na educação superior

Apesar de sua árdua história, escrita em um cenário de movimentos sociais de perdas e conquistas, e de ter sido um processo lento no âmbito mundial e no Brasil, a inclusão vem ganhando espaço, e com isso muitos alunos deficientes estão conseguindo chegar à educação superior.

A inclusão é um processo de quebra de paradigmas e, isso também está ocorrendo no ensino superior, que como todas as outras modalidades de ensino, têm que garantir a entrada e a permanência de alunos com deficiência nas universidades. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a inclusão se efetiva no ensino superior através de ações que gerem o acesso à permanência e a participação de todos os alunos, essas ações envolvem:

[...] o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2008, p. 11).

Na educação superior todos os espaços escolares devem estar acessíveis arquitetonicamente, sendo necessários investimentos em sistemas de informações, em comunicações e em materiais didáticos pedagógicos, para que os alunos com deficiência consigam participar de todas as atividades que envolvam o espaço acadêmico.

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), efetivamente tenta romper a exclusão existente nos vários níveis de ensino no Brasil, e o ensino superior considerado uma etapa a ser almejada, foi um dos maiores beneficiários da referida política.

Dentro desse contexto de conquistas e por meio das políticas públicas instituídas, com relação aos deficientes visuais, existem várias leis que obrigam as Universidades a oferecerem vagas para o referido público, assim como ofertar os recursos e atendimentos necessários para sua permanência. Sendo assim, conforme uma síntese realizada do Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto

nº 3298, de 24 de outubro de 1999) por Brumer, Pavei e Mocelin (2004), as universidades são obrigadas a oferecer aos seus alunos deficientes:

[...] a adaptação das provas seletivas de ingresso e das avaliações das disciplinas, o fornecimento dos apoios necessários e de, no mínimo, uma sala de apoio ao portador de deficiência visual, utilizada durante todo o curso, contendo: máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador, plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille (BRUMER, PAVEI e MOCELIN; 2004, p.310.)

O Estatuto deixa claro que as necessidades da pessoa com deficiência devem ser amenizadas com investimentos em tecnologia assistiva, em infraestrutura, em investimento em formação humana, social, cultural e em material bibliográfico que venha a auxiliar o processo de ensino e aprendizagem.

As questões teóricas do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial, no entanto pouco se tem feito no sentido de sua aplicação prática. O como incluir tem se constituído a maior preocupação de pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional (MIRANDA, 2003, p. 7).

A portaria de número 3.284/2003 “disponibiliza os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, ou credenciamento de instituições”. Objetivando, assim, garantir o acesso e a permanência de deficientes no ensino superior. Fica assegurado, então:

Art. 1º Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. Art. 2º A Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos (BRASIL, 2003, p.1).

A inclusão, em todos os níveis de ensino não deve ocorrer somente por força da lei, pelo que está imposto, fazer por fazer, ou apenas ficar no papel. Ela deve ocorrer efetivamente, sendo transversalizada por todos os movimentos sociais e pelas lutas sociais existentes. No ensino superior, a inclusão vai muito além do ingresso do aluno deficiente na instituição de ensino, mas também nas condições materiais e humanas de permanência no meio acadêmico:

Uma universidade não se torna inclusiva simplesmente porque cria possibilidades de acesso a grupos que estavam excluídos do ambiente de ensino superior. A inclusão na educação não envolve, apenas, a quebra de barreiras objetivas de acesso e permanência na instituição. Incluir significa refletir sobre condições subjetivas de convívio e sobre a forma como nós nos percebemos nas relações com as diferenças (ALCOBA et al, 2009, p. 48).

Dentro da Universidade um aluno que tenha qualquer deficiência e não tenha um ambiente adequado, se expõe, se aventura e se limita de forma irreversível, uma vez que a falta de recursos humanos e matérias faz com que o ele não tenha progresso e não consiga romper a barreira da exclusão. Ele pode, sim, conseguir ingressar no ensino superior, mas possivelmente não terá êxito. É preciso que exista uma reflexão acerca de todos os fatores que envolvam inclusão.

Se um cego frequenta algum curso em que não lhe é oferecido o material apropriado em braile, sua deficiência se torna agravada. O mesmo acontece com uma pessoa de baixa visão, sem os recursos apropriados. Mas se, ao contrário, essas pessoas dispõem dos materiais que necessitam, a deficiência minimiza. Uma pessoa cega diante de um computador equipado com leitores de tela, não tem nenhuma deficiência para trabalhar ali (DOMINGUES, 2009, p. 93).

A escola reflete a vida social, e se os estudantes têm a experiência da diferença desde cedo, as dificuldades de vencer os preconceitos serão menores, e o projeto inclusivo possibilitará que todos tenham lugar na sociedade. A escola e a Universidade inclusiva tem que possibilitar a acessibilidade arquitetônica, dispor de apoio pedagógico individualizado em contra turno às aulas regulares, e rever as práticas de aprendizagem, de acordo com as necessidades dos alunos. Torna-se interessante a reflexão sobre os benefícios encontrados na educação por meio da inclusão.

Para que se tenha uma educação de qualidade e na perspectiva da inclusão, torna-se necessário primeiramente, e já abordado anteriormente, a inserção de todos na escola, sendo garantida, também, a permanência e o direito a uma

educação de qualidade, em que a escola se torne equitativa e atenda as necessidades dos seus alunos; em segundo plano, e apenas complementando primeiro a qualificação dos profissionais da educação com relação à inclusão.

O acesso ao ensino de qualidade ainda é precário segundo relatos, tendo as pessoas com deficiência visual citado a permanência de qualidade no sistema de ensino como uma meta a ser alcançada, pois a inclusão exige participação em igualdade às demais pessoas. Lembraram, ainda, o despreparo de muitos profissionais com relação a esta questão (ACIEM; MAZZOTTA, 2013).

É de suma importância evidenciar a participação de todos os membros da comunidade escolar para que ocorra de fato a inclusão, e é inegável nesse contexto a relevância da formação dos profissionais da educação. Todos da escola devem auxiliar os alunos, levando em consideração os quatro pilares da Educação recomendados pela Unesco, para o século XXI, que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e, por fim, aprender a ser. Portanto, ao se adotar a inclusão no ensino superior, levando em consideração esse quatro pilares, a Universidade passaria a ser um espaço reservado, não só ao conhecimento, mas a toda forma de convivência humana baseado no respeito mútuo, independente de suas diferenças.

2.3 Deficiência visual

A deficiência visual atinge um grande número de pessoas e se divide em cegueira e visão subnormal. A cegueira pode ocorrer desde o nascimento ou pode ser adquirida ao longo da vida e consiste em uma alteração grave ou total das funções da visão:

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdo cegueira) ou a outras deficiências (SÁ, CAMPOS e SILVA, 2007, p.15).

A baixa visão ou visão subnormal incide de várias formas e intensidades no comprometimento da visão, chegando, inclusive, à interferir ou mesmo limitar as atividades mais simples. De acordo com Sá, Campos e Silva:

A definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral (SÁ, CAMPOS e SILVA, 2007, p.16).

Segundo Campbell (2009) na perspectiva do contexto educacional, a deficiência visual é caracterizada como a perda total da visão ou residual que leva o indivíduo a necessitar do método Braille. Logo se faz necessário uma formação específica na área, pois o educador precisa conhecer o mínimo possível para saber lidar com o aluno com deficiência visual, este é um dos pontos que será tratado no capítulo de análise.

3 METODOLOGIA

O referido trabalho aborda o tema da inclusão na perspectiva da deficiência visual, contextualizando as vivências de um determinado aluno que tem essa deficiência e tenta fazer sua caminhada no ensino superior.

Esse trabalho tem como um de seus principais objetivos o de analisar como acontece o percurso acadêmico de um deficiente visual que está matriculado em um curso superior de uma Universidade do sertão paraibano. Um dos aspectos analisados é a existência da acessibilidade arquitetônica, disponibilidades dos recursos materiais e humanos necessários para a permanência do mesmo na Universidade.

A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa, uma vez que de acordo com Minayo (1994, p. 21), “[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais com uma realidade que não pode ser quantificado”. E lembrando-se que a pesquisa qualitativa aborda o objeto de estudo de dentro no intuito de compreender as mudanças educacionais que vão ocorrendo em todo o processo de ensino e aprendizagem e suas causas:

A pesquisa qualitativa aborda o objeto de estudo de dentro, procurando conhecer a evolução das mudanças educacionais e os fatores que condicionam tais mudanças. Para isso, adotamos estratégias variadas, utilizando diferentes perspectivas, e dota-se da flexibilidade suficiente para modificar as técnicas utilizadas caso a situação exija. A observação e a entrevista são os instrumentos fundamentais utilizados para coletar a informação (MARCHESI, 2004, p. 34).

Trata-se de um estudo de caso, porque focaliza uma situação, um fenômeno particular. O estudo de caso é um método recente, mas já muito utilizado no campo educacional, e uma de suas vantagens é “[...] a possibilidade de fornecer uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade social complexa, composta de múltiplas variáveis” (ANDRÉ, 2005, p. 33).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada com um aluno deficiente visual, contendo questões sobre o seu percurso acadêmico, seus desafios e as conquistas na universidade, uma vez que nesse tipo de instrumento:

O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele (BONI; QUARESMA, 2005, p.75).

A análise dos dados compreende, entretanto uma etapa relevante, uma vez que nesta etapa realizou-se a relação entre o estudo teórico e os dados coletados. Portanto, a análise dos dados será realizada de acordo com o método hermenêutico-dialético, uma vez que, será analisada uma realidade a partir do seu contexto. De acordo com Minayo (1994, p77):

Nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem como ponto de partida, o interior da fala. E como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala.

Logo, esse estudo parte da perspectiva do entrevistado e de suas vivências.

3.1 Tipo de Estudo

O referido trabalho buscou desenvolver uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, com aplicação de uma entrevista semiestruturada, respeitando o diálogo reflexivo entre a teoria, os dados e o sujeito da pesquisa, pois trata-se de um estudo de caso. Nessa perspectiva Minayo aponta que:

Quando tratamos da pesquisa qualitativa, frequentemente as atividades que compõe a fase exploratória, além de antecederem à construção do projeto, também a sucedem. Muitas vezes, por exemplo, é necessário uma aproximação maior com o campo de observação para melhor delinear outras questões, tais como os instrumentos de investigação e o grupo de pesquisa. Tendo uma visão mais ampla, podemos dizer que a construção do projeto é, inclusive, uma etapa da fase exploratória (MINAYO, 1994, p. 31).

Sendo assim, logo que o levantamento do referencial teórico foi realizado, buscou-se fazer a entrevista com o sujeito e, posteriormente, a análise da sua experiência, tendo por base todo o referencial teórico estudado e os processos éticos que lhes são cabíveis.

3.2 Local da Pesquisa

A pesquisa se realizou em uma Universidade do Sertão paraibano, que oferece cursos nas áreas de humanas, exatas e saúde. Atende alunos dos municípios da região de Cajazeiras, como: Santa Helena (ao norte), São João do Rio do Peixe (a nordeste), Nazarezinho (a leste), São José de Piranhas (a sul), Cachoeira dos Índios (a oeste) e Bom Jesus (a noroeste) e dos estados circunvizinhos: Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

3.3 Instrumentos

O instrumento de coleta de dados foi constituído de uma entrevista semiestruturada dividido em duas partes: A primeira composta pelos dados sócio demográficos do entrevistado com perguntas objetivas. A segunda foi confeccionada com perguntas abertas e subjetivas levando em consideração aspectos relacionados à inclusão, tendo em vista coletar as informações a partir da perspectiva do sujeito sobre as principais dificuldades e desafios encontrados por ele no espaço da Universidade.

3.4 Coleta de Dados

A coleta de dados realizou-se logo após o aprofundamento teórico, e contemplou 25 questões, todas gravadas com autorização do entrevistado, que tratavam da acessibilidade, dos desafios relacionados ao espaço acadêmico, aos relacionamentos com professores e alunos, e sobre a opinião do sujeito com relação ao que pode ser melhorado no processo de inclusão em uma Universidade do sertão paraibano.

Após a autorização do entrevistado, foi agendado o dia e horário da entrevista. A entrevista contemplou o percurso do entrevistado no contexto acadêmico. Vale ressaltar que muitas mudanças ainda podem ocorrer com relação à inclusão e as condições relatadas pelo sujeito no espaço da academia, pois no ato da entrevista, o mesmo estava cursando o terceiro período.

4 ANÁLISE DE DADOS

Tendo em vista as discussões sobre a acessibilidade na contemporaneidade, e posto que os espaços sociais não estão, em sua maioria, adequados para a mobilidade das pessoas com deficiência, observa-se que a grande maioria ainda não é adequado e projetado para esse fim. Com o avanço das leis e do movimento inclusivo, cresceu no país as manifestações a favor da acessibilidade arquitetônica, a qual facilita a locomoção e a independência das pessoas com deficiência, em especial o deficiente visual.

Este necessita de pisos táteis de alerta e direcional para facilitar sua orientação espacial, localização e trajeto. Para completar, tem-se também a necessidade de implantação de sinais sonoros, remoção de obstáculos e sinalização em Braille ou em alto relevo no intuito de ajudar na identificação do ambiente e na segurança da pessoa com deficiência visual.

Diante disso e considerando o conceito adotado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050 de 2004, a acessibilidade é vista como a possibilidade de condição de acesso, percepção e entendimento de forma segura e autônoma para a utilização de edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

Levando em consideração que a Universidade é um espaço público, perguntou-se ao entrevistado se existe acessibilidade na Universidade, e o mesmo respondeu que:

Não existe, não existe acessibilidade, nem no corpo físico da escola, nem na parte de material, de, pra que eu possa ter acesso aos conteúdos das disciplinas. Não existe isso, não existe acessibilidade pra ir ao banheiro, por exemplo; não existe, não existe acessibilidade pra pessoa ir à cantina, por que é tudo degrau tem que tá subindo e descendo; não existe como me mover na universidade sem que seja, sem que não tenha uma pessoa por perto pra me guiar, não tem, por que não existe, pode ser que aconteça um acidente com a pessoa, pois é, não tem acessibilidade. (DM, 2014)

Observa-se na fala do entrevistado que a acessibilidade ainda não faz parte do seu cotidiano escolar. Demonstra que o mesmo não transita nesse espaço devido a falta de sinalização e que o mesmo depende, muitas vezes, da “boa vontade” de alguém que o guie. Infere-se pela sua fala “pode ser que aconteça um acidente”, que

essa falta de sinalização gere no entrevistado uma insegurança com relação ao seu direito de ir e vir.

Dentro do universo acadêmico pesquisado, percebe-se que de fato não existe acessibilidade, uma vez que não se encontrou um ambiente em que o entrevistado tivesse condição de acesso e utilização autônoma e segura das edificações, dos espaços ou dos mobiliários e equipamentos existentes, lembrando-se, inclusive que, em sua fala ele deixa explícito a inexistência de mobilidade, principalmente, autonomia dentro da academia. Considera-se ainda que:

Na perspectiva da educação inclusiva, a acessibilidade é elemento integrante da promoção de uma educação de qualidade, sendo imprescindível para garantir o direito ao acesso e à participação dos alunos com deficiência no contexto da escolarização. Portanto a organização de condições que promovam a acessibilidade na escola aos alunos com deficiência deve estar articulada aos processos pedagógicos, a fim de subsidiar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas (PELLEGRINI e ZARDO, 2010, p. 65).

Sendo assim, de acordo com a portaria de número 3284/2003 que indica os requisitos de acessibilidade das pessoas com deficiência, para desempenho dos processos de autorização e de reconhecimento de cursos, ou credenciamento de instituições, prevê que as universidades sigam os requisitos de acessibilidade de acordo com a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, no intuito de fazer a lei de fato acontecer, em respeito à cidadania da pessoa com deficiência visual.

Logo, para que a inclusão ocorra, de fato, é necessário um ambiente estruturado arquitetonicamente, com materiais e elementos que oportunizem ao aluno, independente de sua deficiência, subsídios necessários para sua efetiva aprendizagem.

Para verificar como o entrevistado está sendo acompanhado na Universidade, foi perguntado se os recursos materiais são suficientes, para o seu processo de aprendizagem, o mesmo respondeu que:

Os materiais que existem lá se tivesse a produção Braille já sendo feita seria de grande ajuda. Ou por outra, se investisse também no suporte, por exemplo, nos leitores de telas, num computador bom por que o que eu tenho é um netbook que já foi não me dado por a direção da escola, mas pelo diretor interino, né que quem conseguiu com muita luta, muito esforço ele conseguiu pra mim isso, então é... ,

então aí o que tem, os recursos lá seria proveitoso, teriam proveitos pra meu aprendizado por que o que necessário é a impressora aí precisa urgentemente de um transcritor e de um ajudador também pra me ajudar. Porque lá eu sou conduzido por a boa vontade de alguns colegas, não são todas pessoas que oferecem, então eu, os recursos que tem lá eu vejo, assim desde que eles sejam feitos, sejam aproveitados; então daria pra eu ter uma boa aprendizagem, basta somente se utilizar de tudo (DM, 2014).

De acordo com a resposta do estudante entrevistado, observa-se que os recursos materiais existentes não são suficientes para auxiliá-lo em seu processo de aprendizagem. Para o mesmo, a Universidade precisa investir tanto em tecnologia assistiva como em profissionais capacitados para atender as necessidades básicas do deficiente visual. Logo, haveria uma melhoria no seu processo de aprendizagem. Argumentou também que o que se torna mais necessário no momento é a impressora Braille, e entra nesse contexto um transcritor e um ajudador, pois ele tem muita dificuldade de locomoção dentro do ambiente acadêmico.

Vale ressaltar que os recursos materiais são de suma importância para que a aprendizagem do entrevistado se efetive, lembrando que a partir do momento que esses recursos existam e venham a ser utilizados adequadamente, essas dificuldades serão amenizadas, invertendo, assim, a atual situação do entrevistado.

Nesse contexto Domingues afirma que:

Se um cego frequenta algum curso em que não lhe é oferecido o material apropriado em braille, sua deficiência se torna agravada. O mesmo acontece com uma pessoa de baixa visão, sem os recursos apropriados. Mas se, ao contrário, essas pessoas dispõem dos materiais que necessitam, a deficiência minimiza. Uma pessoa cega diante de um computador equipado com leitores de tela, não tem nenhuma deficiência para trabalhar ali (DOMINGUES, 2009, p. 93).

Quando se indagou se o entrevistado já foi excluído ou já se sentiu excluído no ambiente acadêmico ele respondeu que:

Já, já, principalmente como os professores dão aulas, quando o professor dá aula e que parece até que eu nem estou lá, por exemplo, eu já me senti, tanto na primeira escola lá o IF, como também na Universidade, às vezes eu fico olhando assim, e vem

aquela vontade de ir embora, de abandonar, de sair, porque não tem condições. (DM, 2014).

Verificou-se que, de acordo com a resposta do entrevistado a exclusão é afirmativa por parte dos professores, e que isto tem afetado seu desempenho acadêmico. Sente-se invisível na sala de aula e tem vontade de ir embora, de abandonar o contexto acadêmico. De acordo com Campbell (2009, p. 42): “A escola é agente de uma exclusão específica que transforma a experiência dos alunos em fracasso e exclusão, que culmina por questionar o sentido dos estudos e, às vezes, até a legitimidade da instituição escolar”.

Evidencia-se nessa conjuntura que ao ser excluído do âmbito escolar, e ao questionar o sentido de estudar, o entrevistado demonstra a falta de condições de conseguir prosseguir com qualidade em seus estudos.

Percebemos que os docentes ainda estão longe de contemplar e assimilar o processo inclusivo desses portadores no ambiente acadêmico, pois ainda há muito preconceito de aceitação, mudança de paradigmas que viabilizem sua conduta e seu posicionamento reflexivo de profissional voltado à área da educação inclusiva (GALVINO; SILVA E RAMALHO, 2001, p.10).

Para averiguar e complementar as informações sobre as relações que ocorrem no cotidiano escolar tendo em vista a relação professor-aluno foi perguntado ao entrevistado se os recursos humanos estão facilitando o seu dia-a-dia em sala de aula; ele respondeu que:

Os recursos humanos? Bem assim, como eu já disse a gente vê que falta uma melhor descrição por parte dos professores, pra com a pessoa, os recursos humanos eles são dotados de falhas, é, por que tem aquela coisinha se eu não vejo como é que eu vou dizer isso aqui, isso aqui, isso aqui, ô tá aqui é pra fazer desse jeito, isso aqui, isso aqui, então isso não vai adiantar pra mim, isso não tem descrição né principalmente pra disciplina que eu estudo inglês, né e é, portanto que eu tranquei a cadeira de fonética, por causa disso por que são símbolos e além de ser símbolos a aula dada como é em inglês, dada em inglês e também falta da descrição (DM, 2014)

Com relação aos recursos humanos, o mesmo afirma que falta um transcritor/lector, uma vez que os professores não estão capacitados para auxiliar o entrevistado em suas atividades em sala de aula. Por esse motivo o mesmo trancou a cadeira de fonética, pelo fato de ser esta uma disciplina que trabalha com muitos símbolos e é ofertada em inglês.

É necessário, portanto, que os professores tenham sensibilidade e formação necessária para saber lidar com a pessoa com deficiência visual. Estes aspectos oportunizarão uma aprendizagem significativa para todos os alunos. A esse respeito Marchiesi aborda que:

[...] É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirem uma competência suficiente para ensinar a todos os alunos. Além disso, a formação tem uma estreita relação com sua atitude diante da diversidade dos alunos. O professor, quando se sente pouco competente para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, tenderá a desenvolver expectativas mais negativas, que se traduzem em uma menor interação e uma menor atenção (MARCHIESI, 2004, p. 44).

Para que a inclusão aconteça de fato é importante salientar a participação dos professores e colegas nesse contexto, para prosseguir com o assunto da questão anterior perguntou-se ao entrevistado como o ele avalia sua relação com os professores e colegas:

A minha relação com os professores, tem sido assim uma relação, eu vou dizer que um pouco aproximada, até agora eu não tem o que dizer deles. Não achei... pelo contrário, achei que eles fossem assim carrascos pelo que a pessoa ouvia dizer, mas não, são boas pessoas e tenho me relacionado muito bem com eles graças a Deus. Eu não tenho o que dizer de nenhum, não tenho o que reclamar de nenhum (DM, 2014).

De acordo com a resposta do entrevistado a sua relação com os professores tem sido aparentemente um pouco aproximada, argumentando, inclusive, que os

seus professores são boas pessoas e que o relacionamento entre os mesmos vai bem. É importante, portanto, salientar que os professores são peças de suma relevância nesse contexto. Sem o empenho dos mesmos, a inclusão fica mais difícil de acontecer. Campbell (2009) ao fazer uma reflexão sobre os fatores que interferem no desempenho escolar dos estudantes salienta que,

Não podemos esquecer que o processo de aprendizagem se dá, principalmente, na interação entre professor e aluno, e a forma como se processa a absorção do aluno pelo sistema educacional é o principal mecanismo de seleção e exclusão (CAMPBELL, 2009, p.52).

No entanto, apesar de o entrevistado apontar em sua fala a boa relação com os professores, foi observado uma certa contradição em sua afirmação, pois quando se perguntou se o mesmo se sentia excluído, um dos pontos realçados pelo entrevistado foi que ele se sentia excluído por seus professores. Infere-se que isso pode ter acontecido devido o entrevistado saber que sua fala está compondo um estudo monográfico ou pelo fato dele ter algum medo de expor a realidade vivenciada com alguns de seus professores.

Conforme um estudo realizado por Roncaglio (2004, p. 104) sobre a relação professor-aluno no ensino superior afirma que,

[...] é preciso superar a relação tradicional entre professor e aluno que imperou de forma dominante por muitos anos na prática pedagógica, e ainda impera em alguns contextos de ensino em todos os níveis, inclusive no superior (RONCAGLIO 2004, p. 104).

Nesta perspectiva a autora ainda aborda a relação professor-aluno no ensino superior da seguinte maneira:

A relação professor-aluno, na educação superior, está sujeita a normas, escolhas pedagógicas, objetivos dos alunos, dos professores e do curso, critérios de avaliação, enfim, convenções que nem sempre são estabelecidas só pelos professores e alunos, mas também pela gestão do

curso, e, algumas delas, pela legislação vigente no País (RONCAGLIO, 2004, p.101).

Sendo assim, o que se observa é que essa relação perpassa, muitas vezes, o espaço da sala de aula, com o estabelecimento de vínculos no cotidiano da vida universitária, que leva em consideração a formação do sujeito, que vai além da sua vida acadêmica, profissional e pessoal (RONCAGLIO, 2004).

E com relação aos colegas, o entrevistado respondeu que:

Os meus colegas as vezes deixam a desejar, porque muitas das vezes me deixaram só na sala de aula, e as vezes mas agora né as vezes os trabalhos, já tem os seus grupos, já se escolhem ali, aí eu fico meio que excluí, mas assim... ultimamente melhorou um pouco agora melhorou mais, mas, ainda assim existe aquele certo distanciamento. Não existe aquele companheirismo né! Isso não existe, não existe de jeito nenhum, na sala de aula não, eu também fico eu mais na minha, até porque sempre que a pessoa olha pra uma pessoa considerada como inferior existe ainda aquele preconceito, não ela é pessoa que não pode tá, acho, que não sabe. Então existe esse tipo de pensamento ainda, ai tem seus grupos, por aí se vai... mas melhorou um pouco (DM, 2014)

Com relação aos colegas o entrevistado relata que a interação interpessoal na sala de aula deixa a desejar, uma vez que os mesmos já têm seus grupos pré-definidos, e o entrevistado se sente excluído na hora de realizar trabalhos em grupo, ou em dupla, ficando de fora por ser considerado por colegas como “incapaz”. Neste mesmo contexto, o entrevistado destaca, ainda na entrevista com relação a essa questão, que seus colegas já o esqueceram sozinho na sala de aula, denotando claramente na sua fala uma forma de exclusão por parte de seus colegas, e a falta de autonomia do mesmo no ambiente acadêmico.

De acordo com o que foi relatado pelo entrevistado, o mesmo já se sentiu excluído dentro do contexto acadêmico, uma vez que, quando os professores e os alunos o ignoram, ou esquecem de sua presença na sala de aula, o mesmo não está aprendendo e está sendo diminuído em relação aos outros alunos, ficando explicita nessas ações uma forma de exclusão. De acordo com Campbell, “2009, p. 40” “os excluídos da escola não são apenas privados da educação, mas também do bem-estar social de uma forma geral”.

É indiscutível que a exclusão ainda ocorra em vários níveis de ensino, independentemente das legislações existentes e, apesar dos vários anos de adequação dessas legislações.

Nesse contexto, foi perguntado ao estudante entrevistado como é estudar na Universidade? Ele respondeu que:

Na Universidade, estudar na Universidade é assim a pessoa que tá de fora diz assim estudar na universidade, há que bom, mas a Universidade é embora sendo uma academia que lá a pessoa vai aprender mesmo a como lidar com as disciplinas e aprender ali pra ensinar a outras pessoas, então eu achei assim que foi bom a experiência, mas, que também né existem os problemas, os mesmos problemas da escola anterior, isso tem me deixado chateado, me deixado (des) até sem vontade mais de estar lá, de permanecer na instituição, mas estudar lá pra mim, foi como eu estudar no IF (DM, 2014)

Com relação à forma como o entrevistado compreende o estudo no ensino superior, o mesmo respondeu que foi a mesma coisa que estudar na escola anterior, que encontrou os mesmos problemas, e que por já ter passado por esse processo se sente desmotivado.

Considerado todo o contexto existente, acreditamos que as dificuldades vivenciadas pelo entrevistado durante o seu percurso escolar são próprias de um sistema que possui uma legislação exemplar, mas que nem sempre atende as necessidades dos que nele se fazem presente.

A partir dessa realidade, de acordo com a resposta do entrevistado Campbell, (2009, p.55), afirma que:

O ambiente escolar apresenta três grandes grupos de fatores que afetam o desempenho escolar dos alunos: a formação e a atuação dos professores que, em muitos casos, são deficitários; o clima escolar, ou seja, os resultados das interações sociais e intelectuais entre alunos, professores e funcionários; e a gestão da educação, incluindo desde a administração superior até a da escola propriamente dita (CAMPBELL, 2009, p.55).

Quando se indagou sobre o que entrevistado já superou dentro da Universidade, o mesmo respondeu que:

Olha o que eu já superei, eu tô superando ainda, eu tô superando o desestímulo a frustração, são coisas muito pesadas que estão acontecendo na minha vida, muito difíceis de ser encaradas. Justamente por a falta de uma inclusão, até eu diria assim de uma melhor adequação da Universidade para com relação, por exemplo, a minha pessoa, que não sinto. Então eu tenho que superar muitas coisas ainda e as duas coisas que eu tenho lutado pra superar é o desestímulo e as frustrações que tenho passado, eu sei que o que eu superei foi a vontade de chegar lá, eu superei assim por que eu sabia que nesses ambientes assim sempre tem aquela coisa de ficar como eu fui visitar lá e eu olhei assim e as pessoas me olhavam como tá dizendo assim ele tá vindo pra cá. Eu também tive que superar isso porque se não eu nem tinha aparecido lá, era tipo assim, ele é uma pessoa, ele é cego, eu tive que superar isso, por que se não. Foi a primeira coisa que eu superei, agora as outras eu tô lutando pra superar, que eu não superei ainda (DM, 2014)

O entrevistado afirma ter superado, primeiramente, o desestímulo e o preconceito, que de início para ele ficaram evidentes no espaço acadêmico. Relata, com um certo mistério, que tem muita coisa a ser superada dentro da Universidade e que “estão ocorrendo coisas muito pesadas na sua vida, muito difíceis de ser encaradas”. Infere-se que “essas coisas” seja a falta da efetivação do processo inclusivo referente à estrutura física e as barreiras atitudinais.

Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, aos lugares, às informações e aos bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (CAMPBELL apud SASSAKI, 2009, p. 194).

Sabendo das diversas barreiras encontradas pelo entrevistado, dentro do universo acadêmico, foi perguntado quais os desafios enfrentados por ele na Universidade, o mesmo respondeu que:

Os desafios são muitos, que vão desde a estrutura física de escola, até sala de aula, a gente vê que os desafios começam porque a universidade ela não tem uma estrutura assim que dê a mobilidade necessária pra pessoa né portadora, seja ela de qual necessidade especial for, de qualquer uma das necessidades especiais, então eu vejo que quem entrar lá vai encontrar muitas dificuldades que vão desde de as salas que são primeiro andar e não tem acessibilidade, não tem sinalização, pra não, pisos táteis então são muitas as dificuldades e também a falta por exemplo a pessoa cega, não existe o suporte, embora que esteja lá uma sala criada já e que tenha

impressora, mas o que é necessário é a parte do material pra as disciplinas que não são produzidos, isso é uma falta muito grande, embora tendo a impressora como falei, embora tendo alguns um computador uma maquinazinha para escrever Braille, mas falta folha falta transcritor; falta pessoa que faça essas coisas, então isso são desafios muito grandes que tem me levado ao desestímulo, né sem contar que também que na sala de aula falta aquela descrição ou descrição dos professores para com as disciplina então são problemas muito sérios na Universidade. (DM, 2014)

O entrevistado afirmou que são muitos os desafios enfrentados por ele dentro do contexto acadêmico como as diversas barreiras arquitetônicas existentes relacionadas à sua locomoção, dentre estas, destaca-se a falta do piso tátil, corrimões, placas sinalizadoras, entre outras. Além disto, ainda tem a falta de material didático produzido em Braille e um melhor envolvimento por parte dos professores. Esses são alguns dos aspectos que reforça o desestímulo de continuar os estudos desse estudante.

Para entender as dificuldades enfrentadas pelo entrevistado, e na procura de caminhos para melhorar o seu cotidiano dentro do contexto acadêmico, indagou-se ao mesmo o que pode ser melhorado na Universidade para facilitar o seu processo de aprendizagem. Ele respondeu que:

O que pode ser melhorado é justamente na área... é das disciplinas né?! Primeiro a disciplina das próprias pessoas da Universidade. De concordarem, de buscarem solucionar o problema da acessibilidade principalmente o que diz respeito ao material que eu não tenho desde quando eu entrei na universidade, já tá com mais de um ano e eu não tenho acesso a nenhum tipo de material produzido pela, pela Universidade então eu, então é por isso ai por esse lado assim de buscar produção do que eu preciso. Falta melhorar e precisa muito de acessibilidade de inclusão por que não existe na realidade uma inclusão por mais que professora Nozângela ela seja uma guerreira nessa área, mas não existe uma inclusão ainda eu praticamente não sei ainda o que é uma Universidade por que eu estou longe do processo assim de aprendizado até eu faço reflexões por que de eu estar lá? se eu sou só um estudante assim ouvinte um aluno ouvinte eu não tenho a prática dada aos conteúdos eu não tenho isso por que infelizmente precisa ser melhorado, precisa de produção de materiais, precisa de favorecer o aprendizado pra mim também assim como os outros tem né suas apostilhas, eu sei que são compradas mas não sou eu que tenho que me adaptar a Universidade, mas sim a Universidade se adaptar a mim, então eu vejo assim tem que ser melhorado é tudo (DM, 2014).

Com relação ao que pode ser melhorado na Universidade, o entrevistado respondeu que a primeira situação a ser melhorada refere-se às disciplinas. Ele destaca a “disciplina” das próprias pessoas que fazem parte da Universidade. Para o entrevistado as pessoas que fazem a universidade devem buscar solucionar os problemas nela existentes, principalmente, os relacionados à acessibilidade, uma vez que o entrevistado não possui nenhum material didático produzido pela instituição. Através da fala do entrevistado se observa que não existe inclusão nesse espaço acadêmico, pois para ele a Universidade deve se adaptar as necessidades que a deficiência exige e conforme a lei determina.

Com relação a essa contextualização Campbell (2009, p. 160) afirma que:

O conhecimento de recursos específicos para o aluno com deficiência visual é função do professor especialista e não do professor regente de turma, mas o especialista pode ajudar o professor a elaborar materiais concretos para ensinar um conteúdo, preparar material em Braille, desenhos e mapas em alto relevo, ensinar ao aluno cego a utilizar os recursos e oferecer reforço. (CAMPBELL, 2009, p. 160)

Nesse contexto evidencia-se que é de suma importância a implantação e implementação de um espaço que possua, não só material didático, mas também profissionais capacitados e treinados para o atendimento dessa demanda. É de suma importância também à formação do professor e a articulação desses com um especialista, para a definição de metas e estratégias que venham a criar condições de aprendizagem, e assim, o estudante anteriormente excluído, possa ganhar o pertencimento ao grupo social que almeja participar efetivamente e tenha acesso aos bens e serviços que lhe é de direito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após fazer uma breve revisão da literatura pertinente à inclusão de alunos com deficiência no âmbito da educação superior, observa-se que, tanto as escolas como a maioria das Universidades, ainda não estão preparadas para receber os alunos com deficiência.

Entretanto, se for esperar que elas se preparem, esta inclusão demorará ainda mais para acontecer. É preciso que as escolas e as instituições de ensino superior acolham os alunos com deficiência em seus espaços acadêmicos, já que este é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, o qual garante a educação para todos. Segundo o mesmo artigo, esta será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, baseando-se no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Como direito, é crime a recusa de matrícula de pessoas com deficiência nas escolas ou em qualquer instituição de ensino (BRASIL, 1988). Além disso, se faz necessário obter meios que garantam a permanência deste aluno no espaço de aprendizagem, sem prejuízos a sua integridade física e psicológica.

Ao fim deste trabalho, observa-se o entusiasmo de ter colaborado para a busca da inclusão no ensino superior. Inclusão que deve ser de qualidade, visando às pessoas com deficiência visual. A análise dos dados exibida fortifica o que diz a literatura sobre o tema em discussão, ao passo que ao serem expostas as dificuldades apresentadas pelo aluno com deficiência visual no seu processo de escolarização, percebe-se que a Universidade o recebeu apenas por força da lei e não está preparada para atendê-lo de forma apropriada.

Mesmo que se suas limitações sejam percebidas, elas muitas vezes são ignoradas pela burocracia e pelos seus administradores. No entanto, há também pequenos avanços, como avanços como a implantação de um projeto de apoio à pessoa com necessidades educativas especiais no espaço acadêmico. É preciso, portanto ficar atento ao atendimento que está sendo oferecido com relação à pessoa com deficiência, pois não deve se restringir apenas ao ato de inseri-lo no contexto educacional. É preciso oferecer as condições mínimas e necessárias ao seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Além do mais, esse estudo observou que a Universidade que o aluno entrevistado estuda ainda não está pronta para recebê-lo, pois não possui acessibilidade arquitetônica e material, o que é imprescindível para que os deficientes visuais se desenvolvam bem. Percebe-se, na fala desse aluno, que ele não se sente acolhido, incluído no meio de seus pares e, por alguns de seus professores. Sendo ainda, a referida Universidade não tem professores capacitados para que exista um bom trabalho no processo de ensino e aprendizagem e ainda não tem formação relacionada à inclusão para estes professores. Ficando explícita, assim, certa omissão da Instituição com relação a inclusão.

Deve-se deixar claro, entretanto, que a pesquisa não contempla todas as questões relacionadas à inclusão, pois o referido campo de pesquisa é amplo. Muitas perguntas ainda serão respondidas em pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**, 2004. Disponível em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.sorocaba.unesp.br%2FHome%2FBiblioteca%2Fguiabnt_site.pdf&ej, acessado em 13 de Maio de 2014.

ACIEM, Tânia Medeiros; MAZZOTTA, Marcos José da Silveira: **Autonomia pessoal e social de pessoas com deficiência visual após reabilitação** in Rev. bras.oftalmol. vol.72 n°.4 Rio de Janeiro jul./ago. 2013.

ALCOBA, Susie de Araujo Campos et al: **Diferenças, identidades e inclusão** in MANTOAN, M. Teresa Egler e Baranauskas, , M. Cecília C: **Atores da inclusão na universidade : formação e compromisso**. Campinas, SP : UNICAMP, 2009.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005. p. 7-70.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____, **Ano internacional da pessoa com deficiência**. Brasil, 1981.

_____, **Estatuto da criança e o adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**.

_____, **Portaria nº 3.284, de 7 de NOVEMBRO de 2003**, Brasília, 2003.

_____, **Lei de Diretrizes e Base | Lei nº 4.024/ 61**, de 20 de dezembro de 1961.

_____, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**.MEC/ SEESP Brasília; 2008.

BRUMER, Anita; PAVEI, Katiuci and MOCELIN, Daniel Gustavo. **Saindo da "escuridão": perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre**. *Sociologias* [online]. 2004, n.11, pp. 300-327. ISSN 1517-4522. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S151745222004000100013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 13 de Junho de 2014.

CAMPBELL, Selma Inês: **Múltiplas Faces da Inclusão**, Rio de Janeiro, Walk Ed. 2009.

Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, UNESCO, 1994. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDUQFjAD&url=http%3A%2F%2Funesdoc.unesco.org> acessado em 19 de junho de 2014.

Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCcQFjAB&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fseesp%2Farquivos%2Fpdf%2Fguatemala.pdf&ei>. Acessado em 25 de Maio de 2014.

COOL, Cezar; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús: **Desenvolvimento psicológico e educação**: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais, Porto Alegre, 2004.

DÍEZ, ANABEL MORIÑA: Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, Espanha, 2010 disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013527.pdf> acessado em 28 de Junho de 2014.

DOMINGUES, Celma dos Anjos et al: **Acessibilidade na comunicação** in MANTOAN, M. Teresa Egler e Baranauskas, M. Cecília C: **Atores da inclusão na universidade : formação e compromisso**. Campinas, SP : UNICAMP, 2009.

GALVINO, Claudio Cesar Temoteo; SILVA, Aparecida Maria da e RAMALHO, Francisca Arruda: Informação e Inclusão, 2011 in http://www.portal.ufpr.br/Acessibilidade/Informacao_Inclusao.pdf, acessado em 27/07/2014.

HOLANDA, Maria de Fátima Duarte de: **Memórias da Educação Especial**: Da integração a inclusão, João Pessoa; Editora Universitária da UFPB, 2008.

LOWENTHAL, Rosane; Belisario Filho, José Ferreira: **Transtornos Globais do Desenvolvimento e os desafios para o processo de inclusão educacional** in Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v.5, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Egler: **Inclusão escolar**: o que é? Por que? Como fazer?2. Ed. São Paulo: Moderna,2006.

MAZZOTA, Marcos José Silveira: **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves: **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**, in Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo: **HISTÓRIA, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL**, Unimep, 2003. Acessado em 25/ 06/ 2014.

PELLEGRINI, Cleonice Machado de; ZARDO, Sinara Pollom: **Acessibilidade Escolar: O direito ao acesso e à participação dos alunos com deficiência** in Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v.5, 2010.

PRIETO, Rosângela Gavioli: **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil** in **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

REIS, Michele Xavier dos; EUFRÁSIO, Daniela Aparecida e BAZON, Fernanda Vilhena Mafra: **A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual** in Educação em Revista, Belo Horizonte, p.111-130, 2010.

RONCAGLIO, Sônia Maria. A relação professor-aluno na educação superior: a influência da gestão educacional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 24, n. 2, jun. 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 jul. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932004000200011>.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa: **O movimento das diferenças na educação superior: inclusão de pessoas com deficiência** in Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v.5, 2010.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de e SILVA, Myriam Beatriz Campolina: **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. SEESP / SEED/ MEC/Brasília/DF – 2007

SAMPAIO, Cristiane T.: **Convivendo com a diversidade: a inclusão da criança com deficiência intelectual segundo professoras de uma escola pública de ensino**

fundamental, Salvador, 2005, disponível em http://www.pospsi.ufba.br/Cristiane_Sampaio.pdf acessos em 28 de julho de 2014.

SANTOS, Maria do Socorro dos; AURELIANO, Francisca Edilma Braga Soares: **Aspectos Históricos e Conceituais da Educação Inclusiva**: Uma análise da perspectiva dos professores do ensino fundamental, **Espaço do Currículo**, v.4, n.2, pp.295-309, Setembro de 2011 a Março de 2012. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.ufpb.br>, acessado em 15 de maio de 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CAMPUS CAJAZEIRAS

ORIENTADORA: Ma. Nozângela Maria Rolim Dantas.

ORIENTANDA: Luzia Nayara Pereira de Sousa.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado Senhor:

Estou realizando uma pesquisa de campo de um projeto monográfico intitulado “Inclusão de deficientes visuais no ensino superior: Um caminho ainda escuro”. O objetivo deste estudo é analisar como acontece o percurso acadêmico de um deficiente visual que está matriculado em um curso superior de uma Universidade do sertão paraibano, verificando se existe acessibilidade arquitetônica, e recursos materiais e humanos necessários para o processo de ensino-aprendizagem do referido aluno. A qual, venho requerer sua autorização para que possa participar da pesquisa que envolverá uma entrevista composta por dados sócio demográficos com perguntas objetivas, e com perguntas abertas e subjetivas levando em consideração aspectos relacionados à inclusão, tendo em vista coletar as informações a partir da perspectiva do sujeito sobre as principais dificuldades e desafios encontrados no espaço da Universidade. Além do registro das falas do mesmo por meio de gravações. Esta pesquisa será publicada, mas não lhe trará custos ou riscos. Outrossim, informo que se após o mesmo ter feito a participação na atividade quiser se retirar do estudo será possível a qualquer momento.

Desde já agradecemos a sua colaboração e autorização

Eu, _____ declaro que fui devidamente esclarecido(a) sobre as condições da pesquisa e dou o meu consentimento para a participação, bem como para a publicação dos resultados.

Apêndice B - Roteiro de entrevista

Idade:

Estado civil:

Área:

Religião:

Deficiência: visual () profunda () subnormal () outro especificação:

Atualmente você cursa qual período?

Faz quanto tempo você perdeu a visão?

Como foi para você superar esse desafio?

Como foi que surgiu a vontade de retornar aos estudos e por quê?

Alguém te incentivou voltar aos estudos?

Como sua família auxilia você nos seus estudos? E sua esposa?

Como foi que você ingressou no IFPB?

Como foi estudar no IFPB?

Como é estudar na Universidade?

Como você conseguiu entrar na Universidade?

Na Universidade quais os desafios enfrentados por você?

Como você avalia sua relação com os:

- a. professores
- b. Colegas

O que você já superou dentro da Universidade?

O que pode ser melhorado na Universidade para facilitar o seu processo de aprendizagem?

Os recursos materiais são suficientes, para o seu processo de aprendizagem?

E os recursos humanos, estão facilitando o seu dia- a- dia em sala de aula?

Esses professores será que eles tem uma formação continuada?

Qual a maior dificuldade encontrada durante o seu percurso acadêmico?

Existe acessibilidade?

Como os seus colegas de sala estão te ajudando no seu percurso acadêmico?

Como acontece o acompanhamento da coordenação do curso dentro da Universidade?

Quais as suas aspirações para o mercado de trabalho?

Você já foi excluído ou já sentiu- se excluído no ambiente acadêmico?

Como você estuda fora do ambiente acadêmico?

Existe algum acompanhamento?

Existe uma sala adequada para auxílio do seu processo de aprendizagem? Se sim o que pode ser melhorado?

O que você gostaria de acrescentar a essa entrevista?